

Discurso: Comunicação de Sua Excelência Armando Emílio Guebuza, Presidente da República sobre a Informação da Situação Geral da Nação

(13/12/2007)

**“Unidos, prossigamos com a nossa missão,
Luta Contra a Pobreza”**

Maputo, 13 de Dezembro de 2007

É com particular honra que nos dirigirmos pela terceira vez a esta Magna Assembleia para, nos termos das competências que nos são conferidas pela Constituição da República de Moçambique na alínea b), do artigo 159, apresentar através de Vossas Excelências Senhores Mandatários do Povo, a Informação da Situação Geral da Nação, ao nosso maravilhoso Povo.

Esta Casa é a expressão mais alta da nossa democracia multipartidária onde no diálogo se debatem as ideias mais expressivas e se constroem consensos que têm em vista contribuir para o reforço:

- Da cultura de paz e do espírito de inclusão;
- Do sentido de auto-estima e da moçambicanidade;
- Da Unidade Nacional e do espírito de servir Moçambique e o seu Povo.

Em suma, o nosso Parlamento contribui decisivamente para acelerarmos o nosso passo no processo de desenvolvimento socio-económico desta Pérola do Índico.

A nossa primeira saudação é dirigida a Vós Digníssimos Deputados, a expressão e o repositório do eleitorado e do nosso Povo em geral. Saudamos a todos vós pelo vosso empenho no processo de produção legislativa que, na diversidade de pensamento, convergem na produção das leis que grandemente corporizam e traduzem o Estado de Direito instituído. É perante este vosso empenho que, com muito orgulho, afirmamos que estamos em presença de um franco desenvolvimento da cultura democrática.

Ao longo do ano, celebrámos acontecimentos importantes da nossa História. Destacamos, em particular, o 32º aniversário da nossa Independência Nacional, o 15º aniversário da Assinatura do Acordo Geral da Paz, VIII Festival Nacional de Jogos Escolares e a Reversão da Hidroeléctrica de Cahora Bassa para o Estado Moçambicano.

Celebramos ainda a atribuição do prémio Mo Ibrahim de boa governação, a Sua Excelência Joaquim Alberto Chissano, antigo Presidente da República de Moçambique.

A paz, a estabilidade, a reconciliação nacional, a democracia multipartidária e a boa governação são uma realidade inquestionável que se consolidam no quotidiano e que têm contribuído para a valorização da Independência Nacional, duramente conquistada.

Neste ambiente político mais moçambicanos se engajam em actividades de luta contra a pobreza. Neste ambiente político consolidamos a Unidade Nacional e as parcerias nacionais. Neste ambiente político também continuamos a atrair mais investimento público e privado, nacional e estrangeiro.

A Paz que vivemos faz de nós um exemplo para África e para o mundo. O princípio de que a única alternativa à paz é a própria paz é assumido por todos e por cada um de nós, em palavras e actos.

Estes factores, no seu conjunto, contribuem para os níveis de desenvolvimento sócio económico que estamos a registar e que a todos nós devem orgulhar. Devemos continuar empenhados na luta que travamos contra a pobreza, desígnio nacional, agenda de todos os moçambicanos, homens e mulheres, no campo e na cidade, do Rovuma ao Maputo e do Indico ao Zumbo.

Distintos Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A ocorrência das calamidades naturais, nos primeiros três meses de 2007 pôs, uma vez mais, a capacidade de resposta do nosso Povo à prova, perante a fúria da natureza. As intensas chuvas registadas desde Dezembro de 2006 na Região da África Austral fizeram transbordar os principais rios, causando inundações, particularmente nas Bacias do Zambeze e do Pungué. De entre os distritos mais afectados, destaque vai para Mutarara, Tambara, Chemba, Caia, Búzi, Marromeu, Chinde, Morrumbala, Nicoadala e Mopeia. Como consequência, 163.045 pessoas foram afectadas. Destas, 107.534 foram abrigadas em centros de acomodação temporária enquanto outras 55.511, foram acolhidas nas zonas de reassentamento.

Quando ainda nos refazíamos dos efeitos das cheias, eis que o Ciclone Tropical Favio se abate com maior intensidade sobre os distritos de Vilankulo, Inhassoro, Govuro, Massinga, Machanga e Chibabava.

Esta calamidade resultou em vítimas mortais, afectou 133.670 compatriotas e destruiu culturas agrícolas e diversas infra-estruturas.

Saudamos a forma como os nossos compatriotas têm estado a reconstruir as suas vidas, utilizando recursos disponíveis localmente. Saudamos e encorajamos a continuação da solidariedade de moçambicano para moçambicano que se desencadeou em apoio às vítimas destas calamidades. Também expressamos o nosso apreço pela solidariedade e pela assistência que nos chegaram de países da SADC e de outros parceiros bilaterais e multilaterais.

A acção imediata do Governo, quer de aviso prévio quer de mobilização de recursos de

mitigação das calamidades propiciou a criação de condições para uma rápida normalização da vida das populações afectadas.

No quadro de busca de soluções estruturais ao desafio que as cheias nos impõem, o Governo aprovou um plano de reassentamento que visa transformar os efeitos destas calamidades em oportunidades para o desenvolvimento. Neste sentido, os locais de reassentamento estão sendo dotados de melhores condições de vida e os nossos compatriotas de novas técnicas de produção agro-pecuária, de material de construção, de práticas de higiene pessoal e colectiva e de novas formas de gestão do ambiente e de utilização dos recursos à sua volta.

As cidades de Maputo e Matola viveram em 22 de Março deste ano as trágicas explosões do Paiol de Mahlazine que afectaram mais de 1.000 famílias, causando 103 óbitos e mais de 515 feridos. Também em resultado destas explosões registou-se a destruição total e parcial de importantes infra-estruturas habitacionais, sociais e económicas.

Logo após este incidente, cidadãos singulares juntaram-se aos profissionais de Saúde que de diferentes Unidades e Serviços acorreram ao Hospital Central de Maputo, afim de prestarem socorro às vítimas. Este facto foi determinante para o atendimento célere e eficiente dos afectados, reduzindo-se, ao máximo, o número de óbitos e de incapacidades físicas permanentes.

A pronta e eficaz resposta do Governo face ao acontecimento, traduziu-se em várias acções. Destacamos:

- A assistência social às famílias afectadas, apoiando-lhes na realização de cerimónias fúnebres e na prestação de uma atenção especial aos cidadãos que ficaram incapacitados. A estes se garantiu assistência médica, medicamentosa e próteses;
- Destacamos ainda a remoção dos engenhos explosivos, estruição de material bélico obsoleto e a transferência dos paióis para locais que não ponham em risco a vida de pessoas; e
- A garantia da normalização, no mais curto espaço de tempo, da vida dos afectados, com a construção e reconstrução das suas infra-estruturas, com a participação dos próprios, e atribuição de pensões.

O nosso público agradecimento a todos quantos participaram no processo que resultou na mitigação dos efeitos destes desastres e na normalização da vida dos nossos compatriotas. Em especial, saudamos os nossos jovens estudantes, pelo seu apoio moral e psicológico as vitimas colocando, deste modo, em prática os seus conhecimentos ao serviço do nosso Povo.

Estendemos este agradecimento ao Povo e ao Governo da República da África do Sul,

pelo apoio na evacuação e tratamento aos feridos e na remoção e destruição dos engenhos explosivos obsoletos.

Por todos esses acontecimentos que semearam luto e dor no seio da Nação Moçambicana, gostaríamos de prestar uma sentida homenagem a todos os nossos concidadãos que perderam a vida, vítimas destes infortúnios, e dos que tombaram tentando salvar vidas de outrem.

Juntamos à homenagem à figura do Senhor Carlos Manuel, Secretário-Geral da Assembleia da República que, dias antes do início desta VII Sessão da Assembleia da República, perdeu a vida em plena missão desta Magna Casa e endereçamos a nossa solidariedade à sua família enlutada. Em memória de todos estes nossos compatriotas pedimos que observemos um minuto de silêncio.

Digníssimos Deputados,
Caros Compatriotas,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,
“Cahora Bassa é nossa!”

No dia 27 de Novembro de 2007 do Rovuma ao Maputo e do Indico ao Zumbo a Nação Moçambicana gritou para a região e para o mundo que “Cahora Bassa já e mesmo nossa”. Este era o culminar de um movimento de celebração daquilo que nós moçambicanos consideramos a nossa segunda independência nacional, um movimento que fora desencadeado na sequência do Memorando de Entendimento rubricado com o Governo Português, em Novembro de 2005, e pela assinatura, em Outubro de 2006, do Protocolo respeitante à reversão e transferência desta importante infra-estrutura para Moçambique.

O clamor “Cahora Bassa é nossa!” não era apenas a celebração do retorno de uma infra-estrutura estratégica para o controlo de Moçambique e dos moçambicanos. “Cahora Bassa é nossa!” expressava, com o devido simbolismo político, a celebração da remoção do último reduto da dominação estrangeira.

Ao longo do processo negocial sobre Cahora Bassa estávamos cientes que os desafios das etapas seguintes não eram menos complexos do que os da fase que culminara com a assinatura dos memorandos com o Governo Português. Referimo-nos concretamente à fase de mobilização do financiamento para o pagamento da dívida da HCB a Portugal, um processo que foi saudado pelos nossos parceiros internacionais como um exemplo de transparência, seriedade e firmeza.

Por isso, todos nós moçambicanos devemos sentir orgulhosos e ecoar bem alto o clamor “Cahora Bassa é nossa!”

Reconhecemos a dívida e reiteramos a nossa certeza de que a Hidroeléctrica de Cahora Bassa vai cumprir com os seus compromissos. Porém, a dívida não deve corroer em nenhum de nós o sentido de vitória e de propriedade desta infra-estrutura. O contrário seria pensar que se alguém pediu um empréstimo no banco para adquirir uma

moageira esta não lhe pertence, mas ao banco que concedeu o crédito pertence.

Com a reversão deste estratégico património para o Estado moçambicano, inicia-se o processo do seu enquadramento na matriz do nosso desenvolvimento económico e social. O controlo deste empreendimento, por parte do nosso Estado, vai impulsionar os projectos de electrificação rural em curso, criando assim condições para a melhoria da qualidade de vida de muitos mais moçambicanos. Ao mesmo tempo, este empreendimento potencia a implementação, no nosso Moçambique, de diversos projectos de consumo intensivo de energia eléctrica, capazes de criar riqueza, gerar postos de trabalho e dinamizar o surgimento de outros empreendimentos de igual ou menor dimensão.

Cahora Bassa continuará a desempenhar um papel importante no desenvolvimento da região. Neste quadro continuarão as exportações de energia para África do Sul e Zimbabwe e muito brevemente para o Malawi. Serão igualmente mantidos os fornecimentos de energia aos outros países da região, através da Associação das Empresas de Electricidade da África Austral.

Caros Compatriotas,

A celebração da reversão da Cahora Bassa como nossa Segunda Independência Nacional é também justificada pelos seguintes factos:

a. Passa a ser uma empresa verdadeiramente moçambicana, sujeita ao regime fiscal normal, pagando uma taxa de concessão, impostos e outras obrigações a partir de Janeiro de 2008. Estará também em condições de começar a distribuir dividendos, o que nunca aconteceu ao longo dos seus 30 anos de existência. A este propósito apraz-nos anunciar que Cahora Bassa já começou a contribuir para o erário público nacional pagando cerca de 3.5 milhões de dólares americanos no próprio dia da reversão, a título de imposto de selo;

b. Com a reversão da HCB passam a vigorar novos mecanismos de ajustamento de tarifas e alocação de energia em condições mais favoráveis para Moçambique;

Com vista a conferir aos moçambicanos o domínio técnico e científico deste e de outros empreendimentos, anunciamos no dia 27 de Novembro, a criação do Instituto Politécnico, na vila do Songo, para a área de electricidade. Esta decisão assenta no facto de existir nesta vila um dos maiores empreendimentos deste tipo a nível de região, do continente e do Mundo e ele deve constituir-se numa referência obrigatória a nível nacional e da região da SADC.

Ilustres Deputados,

Congratulamo-nos pela realização do VIII Festival Nacional dos Jogos Escolares, na Cidade de Quelimane, que foi um acontecimento de grande relevo no reforço da Unidade Nacional e do sentido de Pátria. Embora fosse o desporto, o pretexto deste encontro nacional, foram também exibidas ricas criações do nosso belo mosaico

cultural, fonte da nossa auto-estima e orgulho e um dos pilares da nossa moçambicanidade.

De 1 a 15 de Agosto deste ano, realizamos, com sucesso, o Terceiro Recenseamento Geral da População e Habitação, o Censo de 2007. Hoje, caros compatriotas, somos 20.5 milhões de habitantes, sendo este universo dividido em 9.8 milhões do sexo masculino e 10.7 milhões do sexo feminino.

A nossa Pátria Amada passa assim a dispor de informação actualizada do perfil sócio-demográfico e das condições de vida do nosso Povo. A planificação territorial fica mais facilitada como facilitado fica o diálogo, com bases mais sólidas e sustentáveis, entre os diferentes órgãos do poder na definição de prioridades e consequente afectação de recursos.

O Censo 2007 foi mais do que um mero trabalho estatístico. Foi um importante movimento patriótico dos moçambicanos que envolveu os cidadãos estrangeiros no nosso solo pátrio, cuja colaboração reconhecemos e destacamos.

Reiteramos a nossa gratidão a todos quantos estiveram envolvidos na organização e execução daquela importante operação estatística pelo seu sentido de responsabilidade, patriotismo, zelo e dedicação. De igual modo, saudamos as brigadas, dirigentes e membros de partidos políticos, confissões religiosas e outras organizações da sociedade civil, bem como os líderes comunitários, as personalidades influentes, os profissionais da comunicação social e os parceiros de cooperação internacional. A todos estes actores e entidades, endereçamos as nossas felicitações pelo trabalho realizado.

Decorre em todo o território nacional, desde 24 de Setembro de 2007, o Recenseamento Eleitoral de Raiz, o acto pelo qual os cidadãos moçambicanos com capacidade eleitoral activa se inscrevem nos cadernos eleitorais. O Censo eleitoral visa igualmente determinar o número das assembleias de voto e os mandatos por cada círculo eleitoral. A realização desta tarefa é condição fundamental para que o Povo assuma o seu papel na tomada de decisão e na escolha dos seus representantes.

Apelamos a todas as estruturas envolvidas neste processo para que imprimam maior celeridade permitindo que todos os cidadãos maiores de 18 anos possam recensear-se e que a meta prevista, pelos Órgãos Eleitorais, de 10.140.696 cidadãos, com capacidade eleitoral activa, seja alcançada. Apelamos igualmente a todos os cidadãos com capacidade eleitoral para que continuem a afluir aos postos de recenseamento eleitoral, dentro dos prazos estabelecidos.

Esta Magna Assembleia aprovou por unanimidade e aclamação a revisão pontual da nossa Lei Mãe, a Constituição da República de Moçambique. Tratou-se da revisão do artigo 304, referente ao prazo para a realização das eleições das assembleias provinciais.

Este acto nobre foi em resposta ao sentimento generalizado da sociedade moçambicana nomeadamente as confissões religiosas, Partidos Políticos extra parlamentares, jornalistas, académicos e organizações e outras forças vivas da sociedade, para que as eleições das assembleias provinciais inicialmente agendadas para 16 de Janeiro fossem adiadas para uma melhor oportunidade.

Na sequência dessa revisão, o Governo decidiu, por Decreto, prorrogar o período do Recenseamento Eleitoral de Raiz até a 15 de Março de 2008.

No contexto da nossa acção governativa, submetemos a esta Magna Casa para apreciação e aprovação, um conjunto de Propostas de Lei que introduzem nova cadência no nosso passo acelerado no combate a pobreza, com destaque para:

- O Plano Económico e Social e o Orçamento do Estado para 2008, Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS), Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRPC), Código do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA), Lei das Finanças e Património das Autarquias Locais;

- Legislação Eleitoral;

- Lei da Organização Judiciária, Lei do Ministério Público e a

- Lei do Trabalho.

Uma vez mais, cientes das suas responsabilidades, os Senhores Deputados assumiram os interesses superiores da Nação Moçambicana aprovando essas leis.

Distintos Deputados,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

De 12 de Abril a 6 de Junho, no quadro da Presidência Aberta e Inclusiva, na sua vertente de interacção com o nosso brioso Povo, escalamos todas as capitais provinciais, 42 sedes distritais, 9 sedes de Postos Administrativos e 9 Povoações. Testemunhamos, uma vez mais, que Moçambique, esta Pátria de heróis, esta a mudar. São mudanças que o nosso Povo, que é seu principal obreiro, reconhece e aplaude. Deixamos alguns exemplos ilustrativos:

- A actividade de agro-processamento no Círculo de Interesse para Jovens e Portadores de Deficiência Física, no Búzi, em Sofala, de produção da Associação das Mulheres Agro-Pecuárias de Changanane, em Maputo-Provincia, a experiência de uso de cercado para gado bovino no Povoado de Mecumbuje, em Inhambane, e a construção da ponte sobre o Rio Rurumwana ligando Nipepe e Maua, em Niassa, demonstram que o nosso Povo sabe buscar soluções locais para os problemas locais e encara o apoio externo como complemento ao seu próprio empenho.

- A Estação de Captação e Abastecimento de Água Dingue Dingue, na Localidade de Mutua, em Sofala, de Mpaco e Mutuzi, na Cidade de Nacala Porto, em Nampula, de Sanga, em Niassa, são exemplos de como se estão melhorando as condições de vida do nosso Povo e contribuindo para a dinamização de muitas actividades sociais e económicas. No mesmo quadro, testemunhamos a alegria estampada nos rostos dos nossos compatriotas de Chicualacuala, em Gaza que passam a ter água potável 24 horas por dia.

- A represa do Povoado de Saldanha, em Maputo-Província, de Mecombedzi, em Manica; o regadio do Povoado de Macaringue-Chichole, em Inhambane bem como a barragem de Mangwenyahi Massingir, em Gaza, de Muda, na Localidade de Siluvo, em Sofala representam um importante passo rumo a materialização do conceito de água para o desenvolvimento, um dos pilares da Revolução Verde com cujo sucesso estamos comprometidos.

- A entrega de cabeças de gado para o fomento pecuário, no Povoado de Inguide, Cidade de Maputo, no Posto Administrativo de Calanga, em Maputo-Província e na vila sede do Distrito de Nipepe, no Niassa, tem o potencial de introduzir uma nova tecnologia na produção agrícola, que já traz sucessos noutras partes de Moçambique: a tracção animal.

- A inauguração do Instituto de Saúde de Quelimane, na Zambézia, recebeu os mesmos aplausos que o Instituto do Magistério Primário de Gôndola, em Manica e as obras de ampliação do Instituto de Formação de Professores Primários de Cheringoma, em Sofala. Estas instituições de ensino são vistas como tendo um grande potencial para formar mais quadros para a frente de luta contra a pobreza, a nossa agenda na actualidade.

- O Centro Multimédia Comunitário de Furancungo, em Tete, e a Rádio e Televisão Comunitárias de Maganja da Costa na Zambézia são demonstrativos do facto de que crescem as oportunidades para mais moçambicanos participarem na expansão e diversificação dos órgãos da comunicação social, nossos parceiros na luta contra a pobreza, sem saírem dos seus distritos.

- A melhoria das condições de trabalho dos funcionários do Posto Administrativo de Ngawala, no Distrito de Macossa, em Manica, do Governo do Distrito de Tsanganano, Província de Tete e da Direcção Provincial de Educação e Cultura de Cabo Delgado constitui uma das formas porque se manifesta o nosso compromisso com a descentralização e desconcentração de competências e recursos para os governos locais.

- De igual modo, as condições criadas nos mercados de Zimpeto, na cidade de Maputo, da vila sede de Alto-Molócué, na Zambézia, e da sede do Distrito de Muecate, em Nampula, são resultado de uma governação que quer o melhor para Moçambique e o seu Povo, de uma governação que quer mudanças.

- A implantação do Centro de Pesquisa Ambiental, em Pemba, Cabo Delgado, e a interiorização da prática de um aluno, uma fruteira por ano, nas nossas escolas, demonstram o crescimento da consciência sobre questões de ambiente e biodiversidade entre os moçambicanos e a sua preocupação em contribuir para o desenvolvimento sustentável e encontrar respostas adequadas às mudanças climáticas.

A par destas constatações positivas, observamos determinados factos que nos preocupam os quais enumeramos a título de exemplo:

- Deficiente planificação e indicação das metas;
- Queimadas descontroladas e o conflito Homem/fauna bravia;
- Pouca presença de instituições bancárias e de micro-finanças nos distritos.

Das recomendações deixadas, durante a Presidência Aberta e inclusiva, destacamos:

- Que a luta contra a pobreza deve ser levada a cabo por todos e cada um de nós, num processo endógeno e sustentável, protagonizado pelo seu primeiro e último beneficiário, o Povo Moçambicano;
- Que o plano, sendo uma decisão, deve ser cumprido na íntegra;
- Que as calamidades naturais sejam assumidas como factor de risco no processo de planificação;
- Que no processo de avaliação e monitoria sejam apresentados os indicadores devidamente quantificados e que a expressão numérica do grau de cumprimento seja exacta, traduzindo assim as respectivas realizações.

Reiteramos, durante este périplo, que de cada dirigente se exige uma liderança firme, capaz de levar o seu colectivo a transformar dificuldades em desafios e estes em oportunidades. Sublinhamos que queremos uma liderança que inspire, motive e conduza a equipe para realizar empreendimentos nobres. Com este tipo de liderança continuaremos a despertar novas capacidades e iniciativas nos nossos colectivos e quadros para que aceleremos o passo mais ainda, na luta contra os obstáculos ao nosso desenvolvimento.

Nestas visitas pelo Moçambique adentro, também reiteramos que a descentralização e desconcentração de competências e recursos aos governos locais fazem parte do conjunto dos compromissos que assumimos e constituem indicadores para que o distrito desempenhe o seu papel de pólo de desenvolvimento. Pretendemos assim,

conferir confiança e gerar capacidades locais, para a exploração dos recursos disponíveis. Este processo induz a sustentabilidade na planificação, execução e controlo das actividades. Reforça a auto-estima porque, caros compatriotas, a nossa auto-valorização como indivíduos e como nação vai reforçar o nosso orgulho de sermos moçambicanos, filhos desta Pátria de Heróis.

A grande lição a reter desta Presidência Aberta e Inclusiva é o facto de o nosso Povo estar a notar e a saudar as mudanças que se estão a registar com a sua participação directa. O nosso glorioso Povo reconhece que o dia de hoje é melhor que o de ontem e, por isso, aumenta as suas certezas de que o dia de amanhã será melhor que o de hoje.

Ilustres Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

As calorosas discussões e os debates realizados na 17ª Sessão do Conselho de Ministros alargada a outros quadros, no dia 10 Julho do ano em curso, constituíram um momento singular para dar o salto que queremos, de ver a pobreza transformada numa batalha vencida.

A Revolução Verde em Moçambique visa, entre outros, incrementar níveis de produção e de produtividade agrária através do uso de sementes melhoradas, fertilizantes, tecnologias de produção adequadas à produção local, incluindo a tracção animal, mecanização agrícola, construção e exploração de represas para irrigação e para o abeberamento do gado. Este processo deve ser endógeno, assente na base sócio económica e cultural dos produtores, acompanhado de descentralização de competências, de recursos humanos, materiais e financeiros para os distritos.

Para nós a Revolução Verde deve ser sensível ao ambiente e à biodiversidade. Por isso, lançámos nas nossas escolas o programa de “uma fruteira, por aluno, por ano” e temos estado a incentivar as comunidades a criarem as suas florestas, para a produção da lenha. O plantio de árvores significa alargar a capacidade de sequestrador do carbono, substância que ao acumular-se, na atmosfera, contribui para as mudanças climáticas.

As matérias ambientais são transversais e, por isso, somos todos chamados a participar e a contribuir para o desenvolvimento sustentável desta Pérola do Índico.

Digníssimos Deputados,
Caros Convidados,

Na Educação, continuamos a privilegiar a expansão da rede escolar. Isto resulta no crescimento da população escolar em 10,4%, comparativamente aos índices de 2006. O Ensino Secundário registou uma explosão na ordem dos 33,6%, e o ensino primário do 2º grau 24,2%.

Todo este crescimento tem desafiado a nossa capacidade de provisão de salas de aula

e de professores qualificados. Assim, a construção acelerada de infra-estruturas escolares, descentralizada e sediada no distrito, com forte envolvimento das comunidades, é a resposta adequada aos imperativos da universalização da Educação.

Em resposta a este crescimento exponencial, adoptamos modelos de formação de professores, flexíveis, rápidos e com espaço para a reflexão e a investigação. Estes modelos permitem redobrar a capacidade de formação, dando-nos margem de recrutar anualmente mais professores para o atendimento de um cada vez maior número de alunos nas nossas escolas. Paralelamente, iniciamos a formação dos directores e gestores escolares das 10.000 unidades que temos em todo o nosso Moçambique. Este exercício tem em vista continuar a promover a melhoria da qualidade da educação, da formação e da vida dos alunos e das Comunidades onde estão inseridos.

É neste âmbito que também se enquadra a reforma da Educação Técnica Profissional que, através dos Centros Comunitários de Desenvolvimento de Competências tem estado a dar respostas, formando jovens e mulheres em habilidades que lhes permitem desenvolver actividades de rendimento e de promoção de auto-emprego. Estes centros já funcionam em Maputo – Província, na Zambézia, e em Cabo Delgado. Eles conhecerão expansão para mais zonas do nosso solo pátrio, reforçando assim o papel das Escolas tanto profissionais como os Institutos Médios e Superiores, cuja actividade está a consolidar-se em Marrupa - Niassa, na Escola de Fauna e Ecoturismo, nos Institutos Superiores Politécnicos de Tete, Manica e Gaza e no de Formação de Professores do Ensino Técnico na Cidade de Maputo.

O Ensino técnico profissional é a nossa aposta tendo em conta a necessidade de produzir graduados com capacidades e habilidades que lhes conferem maior relevância no desenvolvimento sustentável das suas comunidades e do nosso País em geral. O ensino técnico tem também a virtude de produzir graduados em melhores condições para competirem no mercado de emprego da África Austral, no contexto da integração regional da SADC.

No quadro da expansão do ensino superior público, abrimos a Unilúrio tendo lançado como cursos de partida, os de medicina. A Unilúrio vai conhecer expansão pelas províncias do Niassa e Cabo Delgado nos próximos tempos.

O Distrito de Angónia viveu a expressão mais alta de reconhecimento pela eleição e proclamação do Nyau como Património Mundial da Humanidade, com a cerimónia da recepção do Diploma da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), alusivo ao facto. Foram momentos empolgantes e de exaltação da nossa cultura, reconhecida mundialmente na sua diversidade, o que nos orgulha e, ao mesmo tempo, nos responsabiliza a salvaguardá-la, tal como a Timbila e o Museu da Ilha de Moçambique, como mais um contributo para enriquecimento do património cultural de toda a Humanidade.

Ilustres Deputados,

Continuamos a promover os cuidados de saúde, tornando-os acessíveis a todos os moçambicanos, com especial destaque aos grupos vulneráveis, através de intervenções

inovativas e sustentáveis. Por conseguinte, temos estado a apetrechar as nossas unidades sanitárias com os equipamentos que concorrem para a melhoria desses serviços.

As doenças com maior expressão nos nossos serviços de saúde são a Malária e o HIV/SIDA. A malária representa 40% de todas as consultas externas, 60% de admissões às enfermarias de pediatria e 30% da mortalidade intra-hospitalar.

Como resposta, adoptamos uma estratégia integrada de controlo desta doença, usando a combinação de várias intervenções preventivas e curativas tais como:

- A pulverização intra-domiciliária que é uma das formas mais eficazes de controlo da transmissão e que permite um impacto rápido e significativo a um custo sustentável;
- A distribuição gratuita de redes mosquiteiras tratadas com insecticidas de longa duração, nas unidades sanitárias durante as consultas pré-natais e a crianças menores de 5 anos de idade;
- O tratamento intermitente preventivo, para evitar a infecção malárica placentar; e
- O uso de testes rápidos de diagnóstico da malária nas unidades sanitárias.

O HIV/SIDA continua uma das principais causas de internamento e de mortalidade nas nossas unidades sanitárias, sendo a taxa de seroprevalência de 16% na população adulta com idade compreendida entre 15 a 49 anos de idade. Quer dizer, em cada 100 pessoas, 16 encontram-se infectadas pelo vírus.

Da nossa iniciativa lançada em Fevereiro de 2006, resultou uma agenda de trabalho na qual se destaca a prevenção como a principal arma de luta contra a pandemia e a moçambicanização das mensagens de prevenção como um desafio para melhor alcançar e despertar na maioria dos moçambicanos a consciência sobre o drama do HIV e SIDA.

Ações subsequentes tiveram e estão a ter lugar. Referimo-nos, por exemplo à réplica da nossa iniciativa ao nível local envolvendo os líderes comunitários, religiosos e outras figuras influentes. Destacamos ainda, a realização, este ano, do Encontro Nacional sobre o SIDA em Maputo, envolvendo jovens oriundos de todas as províncias num diálogo aberto e franco com o Governo. Neste encontro foram assumidos compromissos de continuarem a induzir a mudança de atitude e de apostarem na prevenção, adopção de comportamentos cada vez mais avisados e isentos de risco sobre a sexualidade, saúde sexual e reprodutiva. A redução em 0,2% da prevalência do HIV e SIDA, que os dados recentemente divulgados pelo Ministério da Saúde apontam, resulta da nossa entrega colectiva na luta contra esta doença e pode ser a expressão de que estamos a caminhar para a sua estabilização. Estes resultados são dignos de nota mas preocupa-nos o facto de, primeiro 16% ser ainda um nível de prevalência

muito alto, e segundo porque algumas provinciais registaram crescimento dos níveis de infecção.

Ilustres Deputados, temos que abordar franca e abertamente a questão das formas de propagação do HIV e SIDA. As relações sexuais são a via que mais contaminação representa. Daqui decorre uma reflexão profunda sobre a prática irresponsável de parceiros múltiplos e concorrentes como uma das fontes de propagação da doença. Não são poucos os compatriotas nossos que, entrando nesta multiplicidade de relação sexuais, assumem que os seus parceiros lhes são fieis e que, por isso, deles não virá a doença. É por via dessa ingenuidade e de assumir as aparências físicas dos parceiros como sinais de boa saúde, que o vírus penetra. É assim que pessoas que já têm informação sobre prevenção se vêem doentes e têm conhecidos seus a serem arruinados pela pandemia até à morte.

Distintos Deputados,
Caros Convidados,

Criamos recentemente o Comité Intersectorial de Apoio ao Desenvolvimento dos Jovens, como uma plataforma de diálogo entre o Governo e diversos estratos da sociedade civil. Trata-se de um fórum de formulação, implementação e monitoria de políticas e programas que vêm sendo adoptados em prol dos jovens nos domínios da educação, formação profissional, emprego e habitação, só para citar alguns exemplos.

A melhoria dos rendimentos e a construção de infra-estruturas desportivas continuaram a merecer atenção especial da nossa acção governativa.

A melhoria dos resultados desportivos vem contribuindo para a auto-estima dos moçambicanos e para a valorização dos símbolos nacionais. Graças ao empenho dos nossos desportistas, do Governo e de todos nós moçambicanos, particularmente do movimento espontâneo à volta da nossa Selecção Nacional de Futebol, registamos uma subida substancial da nossa posição na classificação internacional. Com efeito, passamos do lugar 134, em Dezembro de 2006, para o lugar 75, em Novembro de 2007, o que ao nível continental contribuiu para nos colocar entre as 15 melhores selecções de África.

O Hóquei em Patins foi também uma modalidade que nos deu alegria. A nossa Selecção, depois de em 2006 ter conseguido conquistar o Campeonato do Mundo do Grupo B, este ano classificou-se em 9º lugar no Mundial do Grupo A, o que nos coloca entre as 10 melhores equipas do mundo.

Nos últimos Jogos Africanos de Argel, o Atletismo confirmou uma nova estrela, que nos trouxe a medalha de ouro nos 800 metros. Referimo-nos à jovem Leonor Piúza.

O basquetebol feminino continua a ser uma das referências em África, estando a nossa Selecção nas 5 melhores de África.

Como corolário dos sucessos ao nível do basquetebol feminino a nível de clubes, o Grupo Desportivo de Maputo deu-nos alegria, ao conquistar o Campeonato Africano de Clubes da modalidade.

No âmbito de infra-estruturas desportivas, foi já aprovado o projecto para a edificação do Estádio Nacional, cujas obras de construção iniciarão no primeiro trimestre de 2008 estando o seu término previsto para Dezembro de 2009.

Por outro lado está em construção o Complexo Desportivo Municipal de Pemba, que se pretende seja uma infra-estrutura desportiva moderna a ser concluída em 2009.

Distintos Deputados,

A consolidação de um Estado de Direito coloca-nos o desafio da melhoria constante do desempenho do nosso Sistema de Administração da Justiça. Acções foram realizadas, nomeadamente no que respeita à reforma legal de modo a adequar os diversos instrumentos jurídicos à actual realidade moçambicana, por um lado e, por outro, imprimir celeridade na tramitação e esclarecimento de casos criminais.

Para a materialização deste desiderato, foram aprovados novos instrumentos jurídicos, com o objectivo de garantir a eficiência e eficácia, destacando-se entre outros, a Lei da Organização Judiciária e a Lei do Ministério Público e do Estatuto dos Magistrados do Ministério Público.

Apostamos na formação dos membros que constituem o Sistema de Administração da Justiça, com destaque para os da Polícia da República de Moçambique.

Não obstante aos esforços que o Estado e a Sociedade têm vindo a desenvolver, deparamos com a ocorrência, no corrente ano, de casos de crime violento atípico, que resultaram na perda de vidas humanas de cidadãos indefesos e de membros da Polícia da República de Moçambique.

O crime frustra os nossos esforços no combate à pobreza, debilita a imagem e dignidade do Estado. Não podemos pactuar com o crime. Ele deve ser repudiado com veemência e combatido com vigor, por todos nós.

Com o mesmo vigor e veemência devemos desencorajar qualquer forma de justiça pelas próprias mãos. A tarefa de julgar e condenar cabe ao Estado, através dos Órgãos da Administração da Justiça. Estes devem continuar a melhorar o seu desempenho de forma a assegurar uma justiça célere.

O Estado é o primeiro responsável pela manutenção da ordem e segurança públicas. Neste seu empenho, o Estado conta com um parceiro principal, o Cidadão. Cada um de nós sabe que o criminoso vive numa família e integra uma comunidade. Que o criminoso é parente, filho, irmão, amigo ou conhecido por alguém na sociedade. Os seus actos são, por conseguinte, conhecidos e devem, por isso, ser denunciados às autoridades, contribuindo desta maneira para a sua neutralização.

Adoptamos um sistema policial participativo em que o cidadão é parte activa na prevenção e combate à criminalidade. Os Conselhos de Policiamento Comunitário, instalados em todas as províncias, são órgãos através dos quais a Polícia consolida a sua aliança com o nosso Povo, reforçando assim, a sua capacidade de manter a ordem e segurança públicas. Saudamos a todos os compatriotas que assumem com zelo, dedicação e patriotismo o seu papel dentro destes órgãos.

Distintos Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Definimos o distrito como a base de planificação nacional de acções multifacetadas para que este espaço territorial seja de facto um Pólo de Desenvolvimento. Neste sentido temos estado:

- A incentivar a formação do capital humano nas várias habilidades nestas unidades territoriais reforçando com outros graduados vindos das estruturas centrais e provinciais;
- A afectar, de forma descentralizada, recursos financeiros e investimento público;
- Incentivar ainda, o ensino superior público e privado, a interagir mais com o distrito, no quadro da formação, pesquisa e extensão.

A institucionalização dos Conselhos Consultivos Distritais confere ao distrito a protagonismo na definição de estratégias e prioridades de desenvolvimento, na recolha e transmissão às autoridades competentes, das opiniões e preocupações das comunidades locais em relação aos problemas do quotidiano, incluindo sobre a prestação dos serviços da administração pública local, com qualidade.

Nos Conselhos Consultivos, a nossa aposta é melhorar espaços de diálogo com os cidadãos. Estamos confiantes que a partir destes órgãos, as aspirações das populações encontram respostas apropriadas rumo ao desenvolvimento local.

Estamos a colher os resultados do combate ao burocratismo e ao espírito de deixar-
andar, resultados esses que se consubstanciam em parte na:

- Redução dos atrasos dos pagamentos salariais;
- Realização de 39.518 promoções e progressões, no período de 2006 e 2007, o que revela o cometimento do Governo em assegurar os direitos dos funcionários;
- Melhoramento do atendimento ao público;

- Melhoria da organização e informatização do cadastro dos funcionários públicos, tendo se realizado o primeiro recenseamento de raiz dos funcionários e agentes do Estado. Por isso queremos saudar de viva voz a todos os funcionários do Estado do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo pelo alto nível de aderência e responsabilidade demonstrados durante este processo.

Distintos Deputados,

O País está a dar passos significativos no melhoramento e criação do ambiente de negócios e de investimento nacional e estrangeiro. Esta melhoria deve-se a articulação entre os diferentes sectores de actividade económica com destaque para:

- Consolidação dos Balcões de Atendimento Único;
- Criação do Centro de Informação de Negócios;
- Registo Comercial em apenas um dia;
- Melhoria dos serviços da Administração Fiscal e das Alfândegas; e
- Revitalização dos Corredores de Desenvolvimento.

Os resultados da Reforma do Sector Público estão também a ser reconhecidos a nível internacional, incluindo a melhoria do nosso ambiente de negócios. Nesta área específica passamos da posição 140 para 134, no relatório do Banco Mundial referente ao ano 2006.

Sob o lema “Made in Mozambique – Com os olhos postos na Integração Regional”, foram expostas amostras das potencialidades produtivas de cada uma das nossas províncias na 43ª edição da Feira Internacional do Maputo - FACIM. Estas províncias foram representadas por empresas, associações e instituições, na ordem de: Cabo Delgado 20, Niassa 6, Nampula 13, Zambézia 17, Tete 15, Manica 51, Sofala 24, Inhambane 10, Gaza 14, Maputo Província 8, e Maputo Cidade 14. Nessa ocasião premiamos 22 empresas que se destacaram na exportação de produtos nacionais.

Distintos Deputados,

O Sector de Transportes e Comunicações tem estado a crescer e a registar melhorias no atendimento ao público. Foram, a título meramente exemplificativo, adquiridos 65 autocarros para os serviços públicos e distribuídos pelas cidades de Pemba, Nampula, Quelimane, Beira, Inhambane e Maputo Cidade.

A reabilitação do corredor de Maputo, através da restauração da linha-férrea de

Ressano Garcia vai permitir o aumento da velocidade média de 50 para 70 Km/h. A conclusão das obras na linha de Sena, entre Marromeu, Cheringoma e Muanza, faz-nos antever que em Janeiro de 2008, voltaremos a ter o comboio a circular.

A reabilitação do Porto de Quelimane, cuja conclusão está prevista para este mês de Dezembro, vai impulsionar o transporte e cabotagem trazendo um impacto positivo no desenvolvimento da região e da cidade de Quelimane, em particular.

Implantada a fibra óptica nos troços Maputo/Ressano Garcia, Maputo/Xai-Xai, Chokwé/Massingir, Beira/Dondo/Caia, Quelimane/Mocuba e Nampula/Cuamba. Esta infra-estrutura proporciona um sistema de telecomunicações de melhor qualidade, disponibilizando serviços cada vez mais úteis no mundo das comunicações como são os casos da Internet, do correio electrónico, bem assim dos serviços de televisão e rádio.

A expansão da telefonia móvel e fixa abre possibilidades para que mais compatriotas se comuniquem uns com os outros e com o resto do mundo, sem saírem dos seus locais de trabalho e de residência.

Ilustres Deputados,

A rede de estradas, que constitui a principal infra-estrutura de comunicação entre as nossas cidades e os centros de produção, entre os nossos locais de residência e os de trabalho, tem vindo a registar uma melhoria de transitabilidade. Destacamos, como exemplos:

- A reabilitação de vários troços da Estrada Nacional Nº 1, a nossa espinha dorsal e uma das impulsionadoras da Unidade e consciência nacionais; e

- As obras de construção das pontes sobre o rio Zambeze, Rovuma e Limpopo. Estamos também a registar avanços na construção e reabilitação das pontes sobre os rios Meluli, em Nampula, Lugela, na Zambézia, Lucite, Mussapa e Nhancuarara, em Manica.

- Amanhã, ilustres Deputados, vamos proceder à inauguração da ponte sobre o Rio Limpopo que liga os distritos de Chokwé e Guijá.

Definimos o sector de energia como um dos pilares fundamentais na nossa luta contra a pobreza e pelo desenvolvimento económico e social do nosso País. Temos, neste quadro, estado, a expandir e a melhorar o serviço de electrificação aos locais com elevado potencial económico e a promover, nas zonas rurais, o uso de energias novas e renováveis, através de sistemas de painéis solares. No domínio das energias novas e renováveis, concluímos a electrificação de 150 escolas e 150 unidades sanitárias rurais nas províncias de Nampula e Zambézia. Esta experiência está em expansão para as restantes províncias da nossa Pátria Amada, sendo de destacar o exemplo do sistema eléctrico do Hospital Rural de Muxúguè, Distrito de Chibabava, na Província de Sofala.

Continuamos a expandir a rede nacional de transporte de energia eléctrica, tendo abrangido mais de 90.000 novos consumidores, este ano. Estas acções já permitiram a

interligação de 70 sedes distritais e 5 postos administrativos do nosso belo Moçambique, beneficiando um total de cerca de 460.000 famílias.

O nosso empenho e determinação em melhorar a prestação de serviços de fornecimento de energia eléctrica, com qualidade, são sistematicamente contrariados pelos actos de vandalização de infra-estruturas, equipamentos e materiais eléctricos e roubos de cabos e ligações eléctricas clandestinas. Estes crimes traduzem-se em avultadas perdas para o País e em incomensuráveis inconveniências para os consumidores. Os prejuízos ao Estado situam-se na ordem dos 8 milhões de dólares americanos, por ano, e as perturbações na rede eléctrica podem resultar na danificação de diversos equipamentos e electrodomésticos dos consumidores de energia.

Distintos Deputados,
Caros Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A produção global no decurso do primeiro Semestre de 2007 registou um crescimento de 8,8%, em relação aos níveis registados em igual período de 2006. Esta tendência é encorajadora e, a manter-se, será alcançada a meta de crescimento de 7,0% prevista para o ano. Contribuiu, em grande medida, para este desempenho global, a produção agrícola, com cerca de 9%, da construção com 11%, do comércio com 14% e dos transportes e comunicações com 16%.

Os indicadores macroeconómicos mostram:

- Uma taxa de inflação acumulada de 5,3% o que dá uma boa indicação para o cumprimento do objectivo pretendido de uma inflação de apenas um dígito;
- Atingimos um nível de reservas internacionais líquidas que financiem cerca de cinco meses de importações de bens e serviços.

A execução da política orçamental é orientada para o alcance dos objectivos estabelecidos no Programa Quinquenal do Governo e no Plano Económico e Social para 2007. No centro da nossa atenção está:

- a manutenção de um desenvolvimento económico e social;
- a prossecução da sustentabilidade orçamental a médio prazo, através do rigor e racionalidade, cada vez maiores, na utilização dos recursos públicos; e
- a melhoria do ambiente económico e de incremento da competitividade da economia nacional.

Na gestão das Finanças Públicas, registamos, com agrado, durante o primeiro

Semestre de 2007, o aumento progressivo da mobilização de recursos internos para o financiamento do Orçamento do Estado.

É de notar que este sucesso ocorre num momento que, em simultâneo, se desenrola o desarmamento pautal, no quadro da implementação do Protocolo Comercial da SADC, rumo à integração regional.

Elevamos a efectividade e eficiência na colecta dos impostos para receita públicas, o que resulta da consolidação e aperfeiçoamento das instituições vocacionadas a todos os níveis, ao alargamento da base tributária e maior justiça social.

Na execução das despesas públicas, tem-se respeitado o Programa Quinquenal do Governo e o Plano Económico e Social para 2007, perspectivando-se o cumprimento da meta de afectação de pelo menos 65% dos recursos do Orçamento do Estado nas áreas prioritárias de luta contra a pobreza.

Distintos Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A nossa acção externa prosseguiu no quadro do fortalecimento das nossas relações de amizade, solidariedade e de cooperação mutuamente vantajosas com os outros Estados, Organizações Internacionais e demais parceiros de modo a assegurarmos a materialização da Agenda Nacional.

Ao longo deste ano, efectuamos visitas ao Vietname, Japão, Noruega, Estados Unidos da América, Brasil, Alemanha e Itália durante as quais, fortalecemos as nossas relações bilaterais e firmamos importantes acordos nos diversos domínios de cooperação. Destaque particular vai para o Compacto da Conta do Milénio, no valor de 506,9 milhões de dólares e o Programa Indicativo Nacional no valor de 622 milhões de euros, assinado com a União Europeia à margem da Cimeira África/União Europeia.

O Continente Africano continua sendo prioridade na nossa actuação diplomática. Desta forma, participamos nas actividades comemorativas dos 50 anos da Independência do Gana, na Feira Comercial de Dar-es-Salaam, e nas festividades culturais “Kulamba” na Zâmbia.

Nestas visitas, mantivemos igualmente contactos frutíferos com membros da comunidade moçambicana aí residentes, onde testemunhamos a vitalidade da identidade e cultura moçambicanas, o prestígio que gozam nos países de acolhimento, bem como a sua inteira disponibilidade de participar em diferentes actividades do programa de desenvolvimento socio-económico do nosso País.

Recebemos no nosso solo pátrio, altos dignitários e personalidades políticas e do mundo de negócios, de Organizações Internacionais e de filantropia, com destaque para a visita de Estado de Suas

Excelências, o Presidente da República Popular da China, Hu Jintao, o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, a Primeira-Dama dos Estados Unidos

da América, Laura Bush e Sua Alteza Aga Khan.

A nossa acção diplomática também primou pela busca constante de soluções e meios para enfrentar os actuais desafios globais como a segurança internacional, a pobreza, a pandemia do HIV e SIDA, as mudanças climáticas e a liberalização do comércio internacional. Neste contexto, participámos em vários fora internacionais, sendo de destacar, a Assembleia-Geral da Nações Unidas, as Cimeiras da União Africana, da SADC, dos Não-Alinhados e da Commonwealth, de África/União Europeia bem como no Fórum Económico Mundial para África.

A participação nestes organismos internacionais contribuiu para uma maior divulgação dos nossos planos e estratégias de desenvolvimento, bem como para apresentar as potencialidades económicas e de negócios do País, visando captar interesse de potenciais investidores.

Na Região da SADC, no âmbito do processo da consolidação da democracia multipartidária, destacamos participação de Moçambique como observador nas eleições da República da Zâmbia, na República Democrática do Congo, na República de Madagáscar e no Reino do Lesotho.

Congratulamo-nos com os progressos que se têm estado a registar no diálogo político no Zimbabwe, sob a mediação do Presidente Thabo Mbeki, designado para esta missão pela Cimeira Extraordinária dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Dar-es-Salaam, em Março deste ano. Esta Cimeira encarregou o Secretário Executivo da organização, o moçambicano Tomaz Augusto Salomão, de se ocupar das questões económicas, tendo apresentado o seu relatório na Cimeira da SADC, de Agosto último, em Lusaka.

A par disso, atenção especial foi dada ao impacto do lançamento da Zona de Livre Comércio da SADC, a partir de Janeiro de 2008, no âmbito da implementação do Protocolo Comercial. A livre circulação de pessoas, bens e serviços coloca oportunidades e desafios ao nosso País, facto que impõe a necessidade de adopção de estratégias e mecanismos que nos possibilitem tirar maiores vantagens desses desenvolvimentos.

Em resultado da implementação dos acordos bilaterais sobre a supressão de vistos de entrada com a maior parte dos Estados Membros da SADC, os moçambicanos já podem deslocar-se livres dos procedimentos rigorosos na obtenção de vistos.

A busca da experiência moçambicana em matéria de resgate, consolidação e preservação da paz tem sido constante. O País continua a ser solicitado para integrar os seus efectivos militares e policiais nas operações das Nações Unidas e da União Africana, também como corolário da participação exemplar desses efectivos em operações anteriores.

No contexto da NEPAD, o País está empenhado no processo da sua auto-avaliação, no

âmbito do Mecanismo Africano de Revisão de Pares (MARP). Este processo conta com a participação de vários sectores da nossa sociedade, incluindo a vós digníssimos mandatários do Povo, que procuram apurar o alcance de indicadores como por exemplo:

- erradicação da pobreza;
- desenvolvimento sustentável;
- consolidação da paz;
- aprofundamento da democracia; e
- boa governação.

Digníssimos Mandatários do Povo
Ilustres Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A radiografia que acabamos de fazer sobre as questões que norteiam os destinos do nosso Povo demonstra que, apesar dos constrangimentos que fomos destacando ao longo desta Informação, podemos afirmar que o estado da Nação é Bom.

O ambiente socio-económico e político que o País vive e os resultados que temos vindo a registar, estimulam-nos a redobramos as nossas forças e a determinação de prosseguirmos a nossa missão de luta contra a pobreza, que temos vindo a fragilizar certos de que um dia passará à história.

Nós, os moçambicanos, somos um povo trabalhador, talentoso e criativo. Os índices de crescimento alcançados testemunham e constituem marcos significativos de que muito fizemos, mas estamos cientes que devemos continuar a fazer cada vez mais e melhor.

Para 2008 propomo-nos a prosseguir, de entre os vários desafios e perspectivas:

- Consolidação da cultura de paz, estabilidade social, Unidade Nacional, Estado de Direito e democracia multipartidária;
- Maior empenho na produção e na produtividade, no contexto da Revolução Verde;
- O combate aos obstáculos ao nosso desenvolvimento, nomeadamente o burocratismo, o espírito de deixa-andar, a corrupção, o crime bem como as doenças endémicas tais como a malária, o HIV e SIDA e a tuberculose;

- Maior dinamismo na descentralização e na desconcentração de competências e de recursos, no contexto do distrito, pólo do nosso desenvolvimento;
- Prosseguir a racionalização da utilização dos recursos públicos e na mobilização das receitas internas, através de mecanismos de tributação mais justos e simplificados;
- Apostar na política externa como meio de consolidar e expandir as parcerias internacionais.

Em 2007, o Turismo destacou-se como um dos sectores com grande potencial para promover o bom-nome de Moçambique além fronteiras, gerar receita e postos de trabalho, bem como dinamizar a actividade económica e social noutras áreas da actividade humana. Continuaremos, por isso, a prestar uma maior atenção a este sector para garantir o seu contínuo crescimento, prestando particular atenção às oportunidades que se abrem com o Mundial de 2010.

Ilustres Deputados,
Distintos Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Neste ambiente acolhedor que nos é proporcionado por esta Magna Assembleia e ao concluir a nossa Informação da Situação Geral da Nação, reiteramos a Vossas Excelências a nossa saudação e através de Vós, a todo o Povo Moçambicano do Rovuma ao Maputo e do Índico ao Zumbo, a expressão sentida e sincera da nossa admiração, respeito pelo contributo decisivo nos resultados alcançados e a certeza dos sucessos vindouros.

Gostaria de aproveitar este ensejo, para formular votos de Festas Felizes e Um Ano Novo de 2008 repleto de Amor, Saúde, Paz, Prosperidade com a concretização dos mais queridos anseios pessoais e familiares.

Com trabalho abnegado, prossigamos, todos juntos na luta contra a pobreza, em prol do desenvolvimento e progresso da nossa Pátria Amada.

Muito obrigado pela vossa atenção.